



v.14, n.1, 2017
Setembro-Dezembro
Dossiê 150, 100, 50

AS REVOLUÇÕES DE 1968 NA FRANÇA E DE 1974-75 EM PORTUGAL COMO RENOVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS TENTATIVAS DE REVOLUÇÃO PROLETÁRIA DE 1917-21
[LES RÉVOLUTIONS DE 1968 EN FRANCE ET DE 1974-75 AU PORTUGAL COMME RÉNOVATION ET RESTAURATION DES TENTATIVES DE RÉVOLUTION PROLÉTAIRE DE 1917-21]

Erick Quintas Corrêa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil
E-mail: erick.q.correa@gmail.com

RESUMO RÉSUMÉ

O artigo apresenta as crises revolucionárias de 1968 na França e de 1974-75 em Portugal, retrospectivamente, como renovação e restauração das tentativas derrotadas de revolução proletária de 1917-21, ocorridas em diversos países europeus. Ao articular a noção benjaminiana de “memorização” como conceito debordiano de “desvio”, tais derrotas são inscritas na “tradição dos vencidos” do movimento proletário internacional. O objetivo é enfatizar a contemporaneidade de tal estudo, tomando-o, prospectivamente, como um dado histórico aberto e, portanto, ainda incompleto e inacabado.

Cet article présente les crises révolutionnaires de 1968 en France et de 1974-75 au Portugal, rétrospectivement, comme rénovation et restauration des tentatives échouées de révolution prolétaire de 1917-21, qui ont eu lieu dans plusieurs pays européens. En articulant la notion benjaminienne de “remémoration” avec le concept debordien de “détour”, telles défaites sont inscrites chez la “tradition des vaincus” du mouvement prolétaire international. L’objectif est de mettre l’accent sur la contemporanéité de telle étude et de la prendre, prospectivement, en tant que donnée historique ouverte et, donc, encore incomplète et inachevée.

PALAVRAS-CHAVE MOTS-CLÉS

Contemporaneidade. Contemporanéité.
Rememoração. Remémoration.
Desvio. Esquerdismo. Détour. Gauchisme.
Luta de classes. Lutte de classes.

A verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Miguel de Cervantes. *Dom Quixote de la Mancha*, parte I, capítulo 9.

1 Introdução

A chamada Revolução dos Cravos, ou revolução portuguesa de 1974-75, é objeto de interesse de um amplo espectro da pesquisa científico-social internacional.

São dezenas de artigos, ensaios e livros que enfocam desde questões mais subjetivas, como a sociabilidade pré-revolucionária dos jovens portugueses, particularmente no meio estudantil (BEBIANO, 2003), até questões mais objetivas, vinculadas aos processos econômicos, como a crise do império colonial (SECCO, 2004). Grande parte da produção acadêmica existente volta-se particularmente às questões políticas diretamente ligadas ao processo de *libertação* do fascismo anterior a 1974, como a resistência da esquerda (comunista¹ e socialista) e da extrema-esquerda (majoritariamente maoísta²), além da repressão política e social da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança – PID/DGS, tanto na metrópole como nas colônias africanas (MATEUS, 2011). Outra parte importante desses estudos concentra-se no próprio processo de transição democrática, dilatado entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975³. Acerca desse íterim, que constituiu o “período de libertação da Revolução” (AUGUSTO, 2011), há um número significativo de estudos sobre a “guerra social” (SEMPRUN, 1975) entre militares, comunistas, socialistas, capitalistas, sindicalistas e trabalhadores auto-organizados do campo e da cidade, que culminaria na promulgação de uma nova Constituição em abril de 1976 (CEREZALES, 2003; MAXWELL, 1988; RODRIGUES, 1999; SANTOS, 1990). Em menor quantidade, outros estudos enfocam a dimensão geopolítica estratégica na qual o processo crítico português se inseria, como a investigação pioneira de José Milhazes sobre “as formas como o Comitê de Defesa do Estado – KGB – e o Partido Comunista da União Soviética – PCUS – tentavam influir no desenrolar dos acontecimentos em Portugal” (2003, p. 10), bem como o trabalho do historiador suíço Daniele Ganser sobre *A guerra secreta em Portugal* (2007), em que demonstra como a rede de operações *stay-behind* da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – não só atuou na repressão interna aos opositores do regime de Salazar, como também no assassinato de lideranças revolucionárias africanas como Amílcar Cabral⁴, ou ainda o estudo de Josep Sánchez Cervelló (1993) sobre a influência da revolução portuguesa na transição espanhola.

1 Cf. Madeira, 2013.

2 Cf. Cardina, 2011.

3 Quando o sexto governo provisório finalmente impõe pela força a implementação do programa proposto no momento de sua posse em 19 de setembro: esmagar a sublevação proletária minando a sua capacidade de resistir à restauração do Estado e sua integração à economia de mercado ocidental, o que significava baixos salários, elevado custo de vida, medidas antigrevistas, enfim, austeridade e sacrifício para as classes trabalhadoras.

4 Cf. Ganser, 2007.

2 As origens do esquerdismo em Portugal: autonomia e heterodoxia na Revolução dos Cravos (1974-75)

O objeto de nosso estudo consiste, particularmente, na identificação de uma expressão portuguesa, surgida no decurso da revolução detonada em abril de 1974, daquilo que Lênin designaria, no ano de 1920, no contexto do II Congresso da Internacional Comunista – IC, de “esquerdismo”, corrente esta que, desde então, passaria a ser mistificada no campo comunista e, portanto, no espectro ideológico do chamado “marxismo-leninismo”, como uma patologia “de esquerda”, ou como sinônimo de “espontaneísmo”, “desorganização”, “infantilismo”, “irresponsabilidade”, “irracionalismo”, “sectarismo”, dentre outras adjetivações desqualificadoras⁵. Originalmente formulada pelo líder bolchevique na forma de uma furiosa crítica às posições “esquerdistas” defendidas em importantes países ocidentais como Itália, Inglaterra, Alemanha e Holanda, a expressão ganharia na França, após Maio de 68, um inaudito estatuto de conceito científico-social. *As origens do esquerdismo* (1972), do sociólogo francês Richard Gombin, é uma referência para pesquisadores interessados em compreender a matriz teórica do movimento que desencadeou a maior crise revolucionária que a França conheceu desde a Comuna de Paris (em 1871).

O *Biennio Rosso* de 1919-20 na Itália, a revolução espanhola de 1936-37, as “revoluções abortadas” de Berlim Oriental em 1953, de Budapeste em 1956, bem como as teorias de György Lukács (1885–1971), Karl Korsch (1886–1961), Anton Pannekoek (1873–1960) e Bruno Rizzi (1901–1977) são alguns dos exemplos práticos e teóricos apontados por Gombin como inspiradores do esquerdismo francês, movimento organizado em torno de coletivos como *Socialisme ou Barbarie* (1949–67), *Informations Correspondance Ouvrières* (1958–73), *Pouvoir Ouvrier* (1958–69), *Noir et Rouge* (1964–5), *Cahiers du communisme des conseils* (1968–70), além daquela organização que maior influência exerceria sobre o Maio de 68⁶, a *Internationale Situationniste* – IS (1957–72) (GOMBIN, 1972, pp. 117-130). Cornelius Castoriadis e Guy Debord são considerados por Gombin como os principais teóricos dessa corrente.

O deslocamento semântico operado n’*As origens do esquerdismo* sobre a expressão leniniana, desviando-a do terreno das polêmicas politicistas para o campo da investigação sociológica, pode contribuir muito para o estudo das crises revolucionárias modernas, como o Maio de 68 na França e, de acordo com a nossa hipótese inicial, também a revolução de 1974-75 em Portugal. Para Gombin,

Como movimento *que se pensa*, o esquerdismo é ao mesmo tempo uma crítica, uma prática e uma teoria. Uma crítica que vai da revisão do marxismo até à negação deste como teoria revolucionária [...] O esquerdismo, nesta

5 Já em 1918, Lênin redige e faz circular um panfleto intitulado *Sobre o infantilismo “de esquerda” e as ideias pequeno-burguesas*, no qual se volta agressivamente contra os redatores da *Kommunist*, revista teórica dirigida pelos “comunistas de esquerda” Bukharin, Radek, Ossinsky e publicada pelo Comitê do Distrito de Leningrado. Cf. Brinton, 1973.

6



óptica, aparece como uma prática revolucionária por toda a parte onde a luta de classes rompe o quadro preestabelecido pelas organizações tradicionais: portanto, em toda a parte onde ela é dirigida ao mesmo tempo contra o sistema e contra as direções operárias (1972, p. 23-24, grifos no original)

Como se vê, para Gombin o esquerdismo constitui uma crítica teórica e prática dirigida contra a totalidade do sistema capitalista, negando tanto as suas representações liberal-burguesas quanto burocrático-totalitárias. Por isto, distingue conceitualmente as posições esquerdistas das posições de extrema-esquerda que, “atacando o partido em consequência da sua *traição* à teoria ou à prática (ou às duas) marxista-leninista”, têm o objetivo de ir “até o *extremo* da doutrina comunista, e não substituí-la” (GOMBIN, 1972, p. 22, grifo nosso). Francisco Martins Rodrigues, uma das principais expressões políticas e intelectuais do marxismo em Portugal, rompe com o Partido Comunista Português – PCP – justamente por considerá-lo “uma deturpação pacifista do leninismo”, adotando uma posição “pró-chinesa” (maoísta) nas cisões dos PCs ocorridas durante o conflito sino-soviético (apud CARDINA, 2011, p. 40). Em uma coletânea de artigos intitulada – não por acaso – *Abril Traído* (1999), Rodrigues faz a seguinte observação sobre a linha política do PCP para com a oposição “esquerdista” em 1974-75:

“O esquerdismo facilitou a contrarrevolução”, repetiu há dias, pela centésima vez, Carlos Brito, numa assembleia do PCP consagrada ao 25 de Abril. É bom que continuem com a cantilena, que equivale a uma confissão. Na verdade, a campanha contra os malefícios do “esquerdismo” contém muito mais do que a busca dum bode expiatório, ou a tacanha arrogância de quem se julga dono do movimento e não tolera o desrespeito pelas suas “diretivas”; ela resume a linha política real do PCP melhor do que todos os quilómetros de resoluções do comité central. (1999, p. 95)



Segundo a *vulgata* do PCP, a extrema-esquerda em geral é “esquerdista”, não operando com a distinção sociológica que Gombin faz entre extremistas e esquerdistas. Entretanto, esta distinção conceitual não é estritamente terminológica, mas substantiva, pois corresponde, como vimos, a uma forma não bolchevique de organização do proletariado revolucionário no século XX que, esboçada por movimentos libertários e conselhistas na transição das décadas de 1910 e 20 em países como Itália, Áustria, Hungria e Ucrânia, retornaria com força nas décadas de 1950, 60 e 70, tanto em países subordinados à URSS, como a Alemanha oriental, Hungria, Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia, quanto em países ocidentais como França, Itália e Portugal.

Na França revolucionária dos meses de maio e junho de 1968, os situacionistas constituíam um dos poucos, senão o único grupo portador de uma teoria revolucionária efetivamente moderna, cuja realização prática se materializou na experiência do Conselho pela Manutenção das Ocupações (*Conseil pour le Maintien des Occupations* – C.M.D.O.),

uma espécie de assembleia geral permanente constituída por três comissões, encarregadas da redação e impressão de documentos, da comunicação com as fábricas ocupadas e dos materiais necessários às ações⁷. Diferentemente da extrema-esquerda (em Paris, majoritariamente trotskista e maoísta), os situacionistas não dissociavam o *conteúdo* revolucionário do seu programa de uma *forma* de organização igualmente revolucionária: *autônoma* em relação ao capital, a partidos e sindicatos, e *horizontal* no âmbito da tomada interna de decisões. Nossa hipótese visa a identificar a existência, no decurso da crise portuguesa de 1974-75, de uma crítica teórica e prática análoga àquela desenvolvida pelo esquerdismo francês durante a crise de maio-junho de 1968:

Foi em Portugal que o movimento autônomo cunhou o termo “apartidarismo”, neologismo reconhecido e aceito pelo menos nos países de expressão latina, que indica a capacidade de unificar a classe trabalhadora acima da, e frequentemente contra, divisão em partidos. O apartidarismo é não só distinto do apoliticismo, como lhe é inteiramente oposto. Tratou-se, para o movimento autônomo, de se assumir diretamente como político, sem para tal recorrer à mediação dos partidos. (BERNARDO, 1991, p. 363)

Mais do que análoga, entendemos que a crítica esquerdista portuguesa pode ter sido diretamente inspirada por uma das principais expressões do esquerdismo francês, sobretudo após Maio de 68, conforme assinala o historiador português Miguel Cardina:

Em Portugal, a difusão dos escritos situacionistas é relativamente rápida. Em 1970 publica-se, em Lisboa, *Da Miséria do Meio Estudantil* e, em 1972, *A Sociedade do Espetáculo*. No mesmo ano, em Coimbra, é editado pela Livraria Almedina *Banalidades de Base*, de Raoul Vaneigem. (2008, p. 107)

Além das traduções dos situacionistas Debord e Vaneigem, os contestadores portugueses também podiam contar já em 1972, com a tradução do livro de Gombin sobre *As origens do esquerdismo*, publicado naquele mesmo ano na França. Em negativo, a presença da crítica esquerdista no país pode ser detectada também pela existência, desde

7 No dia 19 de maio, o *Conselho pela Manutenção das Ocupações* publicaria um “Relatório sobre a Ocupação da Sorbonne”, no qual eram denunciados os problemas que teriam acarretado a derrota dessa experiência. No dia 22, publica a declaração “Pelo Poder dos Conselhos Operários”, que ensaiava sobre as possibilidades concretas e as perspectivas revolucionárias do controle operário sobre certos setores da economia. No dia 30, o C.M.D.O. publica o comunicado “Apelo a todos os trabalhadores”, cujo conteúdo retomava o princípio situacionista segundo o qual “não se pode mais combater a alienação sob formas alienadas” (Debord) e convocava o movimento revolucionário, então em franco refluxo, a continuar a luta pela abolição do *salariato*, da produção mercantil e do Estado. O C.M.D.O. publicou ainda dezenas de cartazes, cerca de cinquenta histórias em quadrinhos e até compôs algumas canções. Seus principais textos tiveram uma tiragem de 150.000 a 200.00 exemplares, todos eles impressos por trabalhadores de gráficas ocupadas. No mês de junho, com a restauração do Estado, o C.M.D.O. autodissolve-se, recusando-se a uma existência permanente.

CORRÊA, E. Q. As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76.



1960, de uma tradução portuguesa do conhecido panfleto de Lênin contra o esquerdismo, bem como pela publicação, na conjuntura crítica de 1975, de *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, da autoria de Álvaro Cunhal. Nele, o maior dirigente do PCP defende uma correção dos “desvios de esquerda”, em referência aos grupos maoístas que propunham a luta armada contra o regime.

A crítica situacionista também inspirou artistas e ativistas portugueses para além de Lisboa, chegando até Coimbra, onde o *Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra* – CITAC – contava, segundo Cardina, com um “núcleo de sócios adeptos do situacionismo” que “apresentava-se contíguo ao estilo e às ideias que Debord e os restantes situacionistas espalhavam por essa altura na Europa” (2008, p. 177). O fato havia sido lembrado pelo próprio Guy Debord (1931–94) nas *Teses sobre a Internacional Situacionista e seu tempo* (*Thèses sur l’Internationale Situacionniste et son temps*) de 1972:

A teoria, o estilo, o exemplo da IS hoje são adotados por milhares de revolucionários nos principais países avançados [...] suas exigências estão fixadas tanto nos murais das fábricas de Milão quanto na Universidade de Coimbra. Suas principais teses, da Califórnia à Calábria, da Escócia à Espanha, de Belfast e Stalingrado, infiltram-se na clandestinidade ou são proclamadas nas lutas abertas. (2006, p. 1088. Tradução nossa)

Contudo, conforme assinala Júlio Henriques:

Apesar da inegável influência que também teve em Portugal antes de 1974 e nos anos subsequentes, a IS nunca pôde aqui implantar-se, nomeadamente porque as contradições políticas portuguesas se encontravam submersas no dilema interclassista fascismo/antifascismo, muito mais atrasado do ponto de vista teórico-prático. (1997, p. 14)

Em uma carta de 21 de fevereiro de 1974 ao antigo situacionista venezuelano Eduardo Rothe, Debord reitera o sentido de sua participação na operação, “efetuada em [19]70-72”, que levaria à dissolução da Internacional Situacionista, organização que ele próprio ajudara a fundar em 1957. Define também o novo trabalho teórico a ser empreendido por ele no período seguinte, no qual pretende “fazer avançar (...) a teoria estratégica”, e que culminaria na publicação, em 1988, dos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. A partir dali, diz Debord, “os teóricos de base a retomar e desenvolver são mais Tucídides/Maquiavel/Clausewitz, do que Hegel/Marx/Lautréamont” (2005, p. 127. Tradução nossa).

Esta guinada estratégica na reflexão teórica de Guy Debord seria acompanhada de uma extensão no escopo de suas operações práticas, dali em diante voltadas para o eixo latino da Europa ocidental, entre Itália, Portugal e Espanha. Nas já citadas *Teses sobre a Internacional Situacionista e seu tempo*, Debord explica as razões desse movimento:

CORRÊA, E. Q. As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76.



A partir de 1967 foi preciso priorizar a nossa presença em diversos países onde começava a subversão prática que nossa teoria buscava e, especialmente, a partir do outono de 1968, agimos para tornar tão conhecida no exterior quanto era na França a experiência e as principais conclusões do movimento de ocupações. A partir de 1970, o essencial desta tarefa felizmente havia sido retomado e fortemente ampliado por elementos revolucionários autônomos. Encontravam-se partidários da IS em quase todos os lugares, lá onde começavam as lutas autônomas e extremistas, justamente nos países que eram os mais agitados. (2006, p. 1122-1123. Tradução nossa)

É nesse contexto que ocorre a incursão de Guy Debord no processo revolucionário português, deflagrado após o *putsch* militar de 25 de abril de 1974. Ausente tanto da biografia escrita por Christophe Bourseiller (1999), quanto da cronologia comentada estabelecida por Vincent Kaufmann como introdução às Œuvres (2006) de Debord, a aliança tática estabelecida pelo fundador da IS com alguns “pro-situacionistas” portugueses durante a chamada Revolução dos Cravos foi recentemente recuperada por dois artigos que trazem à tona essa história ainda pouco conhecida dos leitores de Debord.

O primeiro artigo, intitulado “Realizar a poesia: Guy Debord e a Revolução de Abril” (2014) é de autoria da arqueóloga portuguesa Maria de Magalhães Ramalho e investiga a participação de Debord na Revolução dos Cravos. Este trabalho tem o mérito de complementar uma análise das “cartas portuguesas”⁸ de Debord com entrevistas feitas com alguns protagonistas desta história, como o situacionista italiano Gianfranco Sanguinetti, autor de *Do terrorismo e do Estado* (1979).

O segundo artigo, “‘Fernando de Bentley’, Guy Debord e a edição portuguesa de ‘A Sociedade do Espectáculo’” (2015), de autoria do historiador português Pedro Piedade Marques, volta-se aos bastidores da publicação, no ano de 1972, por Fernando Ribeiro de Mello, da tradução portuguesa de *A sociedade do espetáculo* (Edições Afrodite). De autoria de Francisco Alves, a tradução seria considerada por Debord como a melhor já feita de seu principal livro de teoria: “As primeiras traduções foram em todos os lugares infiéis e incorretas, com exceção da de Portugal” (2006, p. 1460. Tradução nossa)⁹.

Contudo, estes trabalhos fecham-se na particularidade de seu próprio tema, sem estabelecer algumas conexões sociopolíticas importantes, sobretudo com a teoria e a prática revolucionárias de Guy Debord e dos situacionistas em Maio de 68, uma experiência que Debord sabia poder servir ao proletariado português durante a crise revolucionária precipitada em abril de 1974. Não seria outra a motivação de Debord quando ele encoraja Eduardo Rothe a se deslocar até Lisboa para participar do “processo revolucionário em curso”, levando consigo a experiência adquirida pelo C.M.D.O. em maio-junho de 1968. Debord o colocaria então em contato com os portugueses Francisco Alves e Afonso

8 De abril a dezembro de 1974, Debord trocou, sempre desde Paris, ao menos uma dúzia de cartas com alguns “pro-situs” de Lisboa.

9 Em uma carta para Afonso Monteiro, de abril de 1972, Debord revela que “definitivamente, devemos aprender o português” (2004, p. 540. Tradução nossa).



Monteiro¹⁰ para a formação de um *Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social* – C.D.R.S.

Segundo nossa hipótese, a radicalidade da perspectiva situacionista e do C.M.D.O. se reapresentam no programa mínimo defendido pelo C.D.R.S. *no início* do processo revolucionário português. Tal programa seria exposto, no final de Maio de 1974, em dois comunicados: *Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social* (dia 26) e *Da greve parcial à greve total. Da ocupação parcial à ocupação total* (dia 29), cujos conteúdos seriam imediatamente elogiados por Debord, que acompanhava toda a movimentação desde Paris: “O cartaz de 26 de Maio é magnífico” (2005, p. 174. Tradução nossa)¹¹.

Porém, dali em diante, Debord não receberia mais nenhuma informação sobre as ações do C.D.R.S., percebendo no silêncio dos portugueses um sinal evidente de seu isolamento em face do processo revolucionário, que se acelerou ultrapassando largamente o campo limitado de atuação no qual o próprio C.D.R.S. havia se confinado. Em abril de 1975, Debord rompe “completa e definitivamente”¹² (2006, p. 260) com Eduardo Rothe e, em uma correspondência com Jaime Semprun (de junho de 1975), demonstra ceticismo em relação à atuação do C.D.R.S.: “após 28 de setembro [de 1974]¹³, o movimento começava a ultrapassá-los visivelmente” (2005, p. 280. Tradução nossa). Sua ruptura formal com o C.D.R.S. não tardaria, ocorrendo em novembro de 1975, através de um duro comunicado destinado a “Afonso Monteiro e seus amigos”, onde se lia que:

Enquanto o proletariado português foi bem mais longe do que o movimento de Maio de 1968, vocês mesmos [do C.D.R.S.] certamente não atingiram em 18 meses um quarto da importância e da utilidade que o C.M.D.O. adquiriu em 18 dias: como lugar de onde o “processo” exprime o que ele é e o que ele poderia fazer. (2005, p. 311-312. Tradução nossa)

Na correspondência supracitada com Jaime Semprun, Debord qualifica o absentismo e isolamento dos “amigos de Afonso Monteiro”, isto é, dos membros do C.D.R.S., como um fenômeno “tipicamente pro-situ” (*Idem*, p. 281)¹⁴.

Naquela altura dos acontecimentos, Debord mantinha-se informado através de

10 Respectivamente, tradutor e revisor da edição portuguesa de *A sociedade do espetáculo* (1972).

11 Carta a Eduardo Rothe, 26 de junho de 1974. Nela, Debord o orienta a “entrar em contato com os trabalhadores revolucionários” (2005, p. 176. Tradução nossa) de Portugal.

12 Carta a Afonso e Antónia Monteiro, 10 de abril de 1975.

13 Data em que a chamada “Marcha da Maioria Silenciosa”, organizada em defesa de Spínola, é impedida de se realizar por militares e civis de esquerda.

14 Em 1972, Debord assim esclarece a origem e o sentido do fenômeno “pro-situ”: “O processo começou na França, onde lhes foram atribuídas a nomeação popular de ‘pro-situs’, mas esse novo ‘mal francês’ ganhou também outros países. (...) *Aparentemente*, o meio pro-situ representa a teoria da IS tornada ideologia (...) mas na realidade esse meio exprime a parte da real contestação moderna que devia permanecer *ainda ideológica*, prisioneira da alienação espetacular e instruída segundo seus termos” (2006, p. 1107, grifos no original. Tradução nossa).

Jaime Semprun (1947–2010), autor de *La Guerre Sociale au Portugal* (1975), livro em que a Revolução dos Cravos é apresentada desde uma perspectiva bem próxima da situacionista, como “a segunda ofensiva da época revolucionária que começou em 1968” (SEMPRUN, 1975, p. 61. Tradução nossa). Escrito e publicado durante o curso da luta, *A guerra social em Portugal* seria imediatamente aprovado por Debord: “O livro é magnífico”¹⁵ (2005, p. 273. Tradução nossa). Assumidamente herdeiro da crítica situacionista e publicado sob os auspícios do fundador da IS, o livro de Jaime Semprun sobre a revolução portuguesa pode ser considerado, nesse sentido, não uma obra “pro-situ” (como a experiência fracassada do C.D.R.S.), mas *pós-situacionista*¹⁶.

Segundo Debord e Semprun, tanto na França em 1968 como em Portugal em 1974-75, a revolução foi derrotada pela aliança entre capitalistas, sindicalistas, socialistas e comunistas contra o proletariado auto-organizado em conselhos. No curta-metragem chamado *Refutação de todos os julgamentos, tanto elogiosos quanto hostis, que até aqui foram feitos sobre o filme “A sociedade do espetáculo”* (1975)¹⁷, uma obra repleta de imagens da revolução portuguesa, Debord reafirma a sua proposição de unir crítica social e cinema, partindo justamente de uma análise daquela crise:

Existem pessoas que compreendem, e outras que não compreendem, que a luta de classes em Portugal foi, em primeiro lugar e principalmente, dominada pelo enfrentamento direto entre os trabalhadores revolucionários, organizados em assembleias autônomas, e a burocracia stalinista engrossada por generais derrotados. Aqueles que compreendem isto são os mesmos que podem compreender o meu filme; e não faço filmes para aqueles que não compreendem, ou dissimulam isso. (1994, p. 171. Tradução nossa)

No *Prefácio* de 1979 à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*, Debord voltaria a se referir às derrotas de 1968 e 1975 na França e em Portugal:

Que operários revolucionários insultem os stalinistas e obtenham o apoio de quase todos os companheiros é muito normal, já que eles querem fazer a revolução. Pois já não estão cientes, por sua longa experiência, de que a primeira coisa a fazer é expulsar os stalinistas das assembleias? Foi por não

15 Carta a Jaime Semprun, 31 de maio de 1975. Junto com *Del Terrorismo e dello Stato* (1979), do italiano Gianfranco Sanguinetti, tratar-se-iam dos únicos dois livros contemporâneos de teoria revolucionária indicados por Debord a seu amigo e editor Gérard Lebovici para serem publicados na França por sua editora, a *Champ Libre*.

16 Mais tarde, no ano de 1984, Semprun fundará na França a revista – autoproclamada “pós-situacionista” – *Encyclopédie des Nuisances*.

17 No original: *Réfutation de tous les jugements, tant élogieux qu’hostis, qui ont été jusqu’ici portés sur le film “La société du spectacle”*. O curta traz as célebres imagens dos soldados marchando com flores nas pontas de seus fuzis; da manifestação das trinta e oito usinas federadas contra o governo provisório, ocorrida em 7 de fevereiro de 1975; do general Spínola, Álvaro Cunhal (PCP) e Mário Soares (Partido Socialista) assinando acordos e discursando para as massas; do recém-eleito presidente francês, Giscard d’Estaing cumprimentando Soares, etc.



poderem ter agido assim que a revolução fracassou na França em 1968 e em Portugal em 1975. (1997, p. 156)

Nas palavras grandiloquentes de Jaime Semprun, escritas ainda no calor dos acontecimentos:

A luta em curso é a segunda ofensiva da época revolucionária que começou em 1968 e, assim como a primeira ridicularizou todas as ilusões da época precedente, todas as ilusões sobre a estabilidade da ordem existente, esta aqui ridiculariza todas as ilusões sobre a instabilidade ulterior, todas as ilusões sobre a revolução. Os proletários portugueses precipitaram o curso da história moderna. Eles podem precipitá-la ainda mais, e mesmo vencer. Mas qualquer que seja o resultado de sua luta, o proletariado mundial obteve um novo ponto de partida de uma importância histórica universal. (1975, p. 92. Tradução nossa)

Evidentemente, nossa hipótese sobre a existência de uma expressão particularmente portuguesa do moderno esquerdismo europeu não poderia se restringir apenas às perspectivas estrangeiras de Debord e Semprun, importadas de Paris. Para o tradutor português Júlio Henriques,

Depois do 25 de Abril de 1974, de autores portugueses relacionados com a teoria situacionista, são de realçar dois textos cuja lucidez contrasta com as produções da época: *A queda do fascismo* (1974), de António Ferreira [...] e *Reflexão sobre a estratégia da luta de classes em Portugal* [assinada por Anônimo do Século XX] (1976). (1997, p. 14)

Consideramos também as obras *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975), de João Bernardo, assim como *Portugal: a revolução impossível?* (1978), de Phil Mailer¹⁸, contribuições teóricas importantes do esquerdismo português, pois tiveram origem em uma experiência social e editorial ocorrida no seio do processo revolucionário e desde o ponto de vista de seus protagonistas, que nas páginas do jornal *Combate* (1974/78) 18 Apesar de ser natural de Dublin (Irlanda), Phil Mailer residia em Portugal desde 1973, onde lecionava Língua Inglesa. Entre 1974 e 1978, sobretudo entre 74 e 75, Mailer participou ativamente do processo revolucionário português como colaborador e editor do jornal *Combate*, ao lado de “João Bernardo, João Crisóstomo, Rita Delgado, Miguel Serras Pereira e Júlio Henriques, entre outros” (CARDINA, 2011, p. 134). *A Revolução Impossível?* (1978) constitui uma obra de síntese da revolução portuguesa à luz de uma perspectiva esquerdista forjada *naquele país* – e não externamente, como no caso de Jaime Semprun, que realiza a sua síntese à distância, desde Paris. É também o caso de Maurice Brinton (pseudônimo de Chris Pallis), um neurologista inglês membro do coletivo conselheiro britânico Solidarity, autor de *Paris: May 68* (1968), que também colaborou com o jornal *Combate*. Incluímo-nos como representantes do esquerdismo português na mesma medida em que Gombin incluiu o grego Castoriadis como um dos principais nomes do esquerdismo francês.

CORRÊA, E. Q. As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76.



detinham o direito de se expressar livre e diretamente sobre as suas próprias lutas:

O jornal *Combate* (que retomou o lema “a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”) tornou-se assim, desde o início e espontaneamente, porta-voz do movimento autônomo, não com quaisquer pretensões de “dirigir” esse movimento proletário, mas no sentido em que dava uma expressão sistemática e mais alargada aos comunicados, análises e formulações emanados das comissões de trabalhadores e de moradores. (HENRIQUES, 1994, p. 52)

Segundo a nossa hipótese, a experiência social revolucionária materializada em torno do jornal *Combate* desempenhou as tarefas que Debord imaginava para o C.D.R.S. em maio de 1974, “como lugar de onde o ‘processo’ exprime o que ele é e o que ele poderia fazer” (2005, p. 312). O *Combate* possuía uma concepção unitária entre teoria e prática revolucionária muito próxima da situacionista: “pensamos que o proletariado é capaz não só de lutar, mas também de compreender a sua luta e de produzir a ideologia necessária a essa luta” (nº 51, fevereiro de 1978). Desde o *Manifesto* inaugural do jornal, publicado em 21 de junho de 1974, *Combate* adotara um posicionamento crítico diante do *putsch* militar de abril:

O 25 de Abril não se assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições.

João Bernardo¹⁹ conclui *Para uma teoria do modo de produção comunista* defendendo os conselhos de fábrica como a forma de organização própria de um “movimento operário não ambíguo”, resgatando a “pergunta dramática que durante vinte anos de refluxo fizeram os representantes de uma das vias da interpretação pela ambiguidade. Socialismo ou barbárie?” (1975, p. 324). Lembremos que, durante a primeira metade dos anos 1960, Castoriadis e Lefort realizam uma revisão (ou “reexame”, como eles preferiam) de Marx e do marxismo nas páginas da revista *Socialismo ou Barbárie* que, como vimos, se encontra, para Gombin, entre os representantes do esquerdismo francês.

Contudo, João Bernardo – que esteve exilado na França entre 1968 e 74 –

19 Entre 1963 e 68, João Bernardo dedicara-se ativamente ao movimento estudantil, o que lhe valeu, além de várias prisões, a expulsão por oito anos de todas as universidades portuguesas. Inicialmente militante do PCP (de 1964 a 66), passou a militar em organizações de tendência maoísta, entre 1966 e 73. Desde 1974, tem seguido uma orientação esquerdista, ou “libertária”, como preferia Maurício Tragtenberg, importante amigo e interlocutor brasileiro.



inscreve o seu *marxismo das relações de produção* numa ultrapassagem das posições de Castoriadis (Pierre Chaulieu enquanto se identificava como marxista, Paul Cardan quando passa à revisão de Marx) que, segundo o marxista português, “confunde sistematicamente a tecnocracia como base de classe do capitalismo de Estado monopolista com a burocracia dos partidos operários como uma expressão política dos interesses dessa tecnocracia” (*Idem*, p. 304).

Em janeiro de 1974, João Bernardo redige um documento chamado *Que fazer? Hoje*, que, segundo Cardina, “serviu de base à constituição, nos meses seguintes, do coletivo reunido em torno do jornal *Combate*” (2011, p. 134).

A reflexão crítica sobre esta perspectiva esquerdista do processo revolucionário português é, ainda hoje, bastante incipiente, mesmo em Portugal. Foi através dos brasileiros Maurício Tragtenberg e Lúcia Bruno que o marxismo heterodoxo de João Bernardo repercutiria internacionalmente, chegando ao Brasil nos anos 1980, com o estabelecimento do autor no país em 1984 para a realização de uma série de cursos em universidades e sindicatos.

3 As revoluções de 1968 na França e de 1974-75 em Portugal como renovação e restauração das tentativas de revolução proletária de 1917-21

Em suas breves, porém densas reflexões sobre o método, o filósofo italiano Giorgio Agamben adverte que é frequente, nos estudos e pesquisas em ciências humanas e sociais, o fato controverso de que a reflexão sobre o método “não precede tal prática, mas se segue a ela” (2008, p. 7. Tradução nossa). Adverte também que toda pesquisa em ciências humanas “deveria implicar uma prudência arqueológica, que consiste num recuo em seu próprio percurso, até o ponto onde algo permaneceu obscuro e não tematizado” (*Idem*, p. 8. Tradução nossa).

Porém, ao passarmos de um estudo sobre o pensamento heterodoxo de Guy Debord, vinculando-o à práxis da Internacional Situacionista no bojo do processo revolucionário desencadeado na França entre maio e junho de 1968, para um estudo sobre o vínculo prático entre as lutas autônomas do proletariado português durante a revolução de 1974-75 e as expressões teóricas daquelas lutas (nas reflexões de Phil Mailer, Maurice Brinton, António Ferreira, Jaime Semprun e, especialmente, no pensamento heterodoxo do marxista português João Bernardo), *não temos a pretensão de estabelecer qualquer tipo de arqueologia das teorias e práticas esquerdistas* que, de 1974-75, passando por 1968, recua até o chamado “comunismo de conselhos” (ou “comunismo ocidental”, como preferia Pannekoek) defendido pela oposição germano-holandesa ao “comunismo de partidos” ou “de parlamento”, na conjuntura crítica de 1917-21²⁰.

20 Na Alemanha, o regime socialdemocrata impôs a derrota da revolução em janeiro de 1919, com a aniquilação do levante espartaquista e o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, suas mais influentes lideranças. Na Rússia, após comandar a destruição da rebelião de Kronstadt em março de 1921, Lênin inicia um processo de depuração da oposição interna ao Partido bolchevique,

Como tentaremos demonstrar nestas breves reflexões metodológicas, não se trata de conduzir nosso estudo sobre a revolução portuguesa ao tempo passado que lhe é próprio, mas antes, de trazê-la ao tempo presente, isto é, de *torná-la nossa contemporânea*.

Tanto Guy Debord, na conjuntura revolucionária de 1968, quanto João Bernardo em 1974-75, assumiram uma orientação nitidamente conselhistas que remonta, *no plano teórico*, ao marxismo heterodoxo de intelectuais revolucionários como Anton Pannekoek, Herman Gorter, Otto Rühle, Paul Mattick, Karl Korsch e, *no plano histórico*, à oposição antibolchevique em países como Alemanha, Áustria, Hungria, Ucrânia, Itália e Rússia. Debord e os situacionistas recolocaram em jogo aquela polêmica do primeiro quarto do século XX entre leninistas e esquerdistas, porém atualizada pelas novas condições “welferizadas” do capitalismo dos anos 1960. No ano de 1967, às vésperas da explosão de 1968, portanto, Debord advertia, nas teses situacionistas reunidas no livro *A sociedade do espetáculo*, que:

O aparecimento dos Conselhos foi a realidade mais elevada do movimento proletário no primeiro quarto do século, realidade que passou despercebida ou disfarçada porque desaparecia com o resto do movimento que o conjunto da experiência histórica de então desmentia e eliminava. No novo momento da crítica proletária, esse resultado volta como o único aspecto não vencido do movimento vencido. (1997, p. 84)

Debord via, nas sublevações dos operários de Berlim oriental em 1953 e de Budapeste em 1956, tanto uma retomada da crítica proletária ao poder da classe burocrática surgida no primeiro quarto do século XX como os sinais de um retorno eminente da luta de classes revolucionária. Apresentado em 1967, o diagnóstico debordiano revelar-se-ia também um bom prognóstico, ao antecipar um movimento que se espalharia internacionalmente com a explosão de Maio de 68 e no qual a sublevação dos estudantes e operários franceses funcionaria como uma espécie de catalisador das lutas subsequentes, das quais se destacaria a experiência portuguesa de 1974-75.

O português João Bernardo também avalia, em consonância com o situacionista francês, que:

Na década de 1950, sobretudo a partir do seu final, e durante os vinte anos seguintes, as lutas operárias começaram a impor, na prática, a questão do controle e da autonomia. Num número cada vez maior de casos, e que alcançaram várias vezes a amplitude de verdadeiras revoluções, foram os próprios trabalhadores de base a tomar a iniciativa do processo e mantê-lo sob a sua orientação, não o alienando para os dirigentes sindicais ou partidários [...] E isso sucedeu tanto na esfera do capitalismo de Estado – em Berlim, na Hungria, múltiplas vezes na Polônia, na Checoslováquia, na Iugoslávia, na China, durante o processo complexo da Revolução Cultural

inclusive eliminando do Comitê Central os “trotskistas” Krestinski, Preobrajenski e Serebriakov, fatos que, de acordo com a cronologia proposta por Maurice Brinton (1970), concluem o processo revolucionário desencadeado em 1917.

CORRÊA, E. Q. As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76.



– como na esfera do capitalismo democrático – nos Estados Unidos e no Canadá, na França, na Espanha, na Itália e em Portugal, como em alguns países da América Latina. (1998, p. 23)

Tanto para Debord como para Bernardo, portanto, o que este retorno da luta de classes revolucionária trazia de efetivamente moderno, no contexto da Guerra Fria, era uma *negação prática das cisões e hierarquias* constituintes do capitalismo entendido de modo profundo e amplo, isto é: enquanto um complexo estrutural e relacional da forma mercantil (baseada na exploração produtiva da força de trabalho) e da forma política (baseada na gestão estatal dos antagonismos de classe), então aparentemente cindido entre duas forças econômicas simultaneamente antagônicas e complementares; a ocidental, de mercado, “liberal”, e a oriental, de Estado, “socialista”²¹.

Para ambos, é justamente a *classe burocrática* que, no plano histórico, *unifica* o inimigo de classe real do proletariado em nível mundial. Contudo, enquanto a classe dos *managers* (gestores) tendia a se unificar em escala global, o proletariado não foi capaz de superar as condições de seu próprio isolamento geopolítico, permanecendo ainda, após sucessivas derrotas sofridas ao longo dos dois últimos séculos, internamente dividido e fragmentado, assim como suas lutas ainda permanecem difusas e não coordenadas no plano externo.

Segundo Debord expõe no quarto e principal capítulo de *A sociedade do espetáculo*, intitulado “O proletariado como sujeito e representação”, as origens dessa nova clivagem no antagonismo de classes (quando entra em jogo com força a classe tecnocrática) remontam às derrotas da revolução proletária pelas suas próprias representações burocráticas, primeiramente com o triunfo da “socialdemocracia” sobre o poder dos Conselhos (*raete*) na Alemanha (1918-19), que, subsequentemente, levaria os bolcheviques a justificarem a centralização estatal operada contra o poder autônomo dos Sovietes na Rússia (1917-21), enquanto perdurasse o “período de transição”, isto é, enquanto a revolução socialista não se efetivasse em nível mundial.

Tanto na crise de maio-junho de 1968 na França, quanto na de 1974-75 em Portugal, o proletariado saiu derrotado não somente pelas forças contrarrevolucionárias propriamente burguesas, como em 1848 e 1871, mas em grande medida por suas próprias representações políticas, partidárias e sindicais, que atuaram na canalização das energias revolucionárias para saídas institucionais, como se sucedeu nas agudas crises de 1917-21 (Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Ucrânia, Rússia), 1936-37 (Espanha), 1956 (Hungria), 1968 (França, Tchecoslováquia), 1974-75 (Portugal), 1977 (Itália).

21 Segundo Maurice Brinton: “Cinquenta anos depois da revolução russa, podemos colocar com muito mais clareza certos problemas que foram tão apaixonadamente discutidos entre 1917 e 1921. Os revolucionários libertários de 1917 fizeram o que puderam. Mas nós dispomos hoje de uma experiência mais rica. Tanto o movimento húngaro de 1956 quanto o movimento francês de 1968 mostraram claramente quais são os verdadeiros problemas das sociedades capitalistas burocráticas modernas, e a natureza das oposições revolucionárias que elas engendram, no duplo contexto oriental e ocidental” (1973, p. 197. Tradução nossa).



Debord e os demais situacionistas atribuíram a derrota do movimento de maio-junho de 1968 à inadequação entre a consciência e a práxis do movimento, “marca fundamental das revoluções proletárias inacabadas”, ao “atraso teórico” que engendrou tantas insuficiências práticas e paralisou a luta, e à falta de consciência histórica, condição *sine qua non* da revolução social (1998). Tais seriam as causas da derrota do movimento de ocupações de maio-junho de 1968 desde o *ponto de vista dos vencidos*, perspectiva esta que nos interessa *restaurar* em nosso estudo sobre a revolução portuguesa de 1974-75.

Em 21 junho de 1974, menos de dois meses depois do *putsch* militar que em 25 de abril havia derrubado o regime fascista, os editores do jornal *Combate* advertiam, em seu já mencionado *Manifesto* inaugural, que “o 25 de abril [...] nada tem a ver com a nossa luta [...]. Pois não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições”. No ano de 1994, em uma coletânea editada na ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril, João Bernardo faria o seguinte balanço daquele movimento:

Nas circunstâncias atuais, e em qualquer país, a conclusão é a mesma. Ou as novas revoluções sociais surgidas na luta vão afetar apenas setores econômicos marginais, ficando condenadas a não se desenvolverem e a esclerosarem. Ou, para reorganizarem os setores cruciais da economia, têm de enfrentar diretamente o mercado mundial, mas isso só pode se suceder se o ataque for lançado simultaneamente a partir de uma variedade de países. O capitalismo está organizado internacionalmente, enquanto os trabalhadores continuam divididos por fronteiras. (1994, p. 212)

Os balanços feitos pelos intelectuais vinculados à corrente que aqui chamamos de esquerdista, após os desfechos contrarrevolucionários das crises de maio-junho de 1968 na França e de 1974-75 em Portugal, diferem-se devido às particularidades históricas das formações econômicas e sociais de cada país. Contudo, parece haver entre aquelas crises uma ambígua relação de continuidade e descontinuidade, sendo nítidos alguns pontos de confluência entre elas. Em uma correspondência de novembro de 1975 com Afonso Monteiro, Debord admitia que “o proletariado português foi bem mais longe do que o movimento de Maio de 1968” (2005, p. 311. Tradução nossa).

A essa altura é possível perceber que, para nós, o conceito de *luta de classes* (mais do que a categoria “trabalho”) é central ao materialismo histórico, dado que o poder de uma classe dominante não resulta apenas de alterações nas disposições políticas, jurídicas e econômicas sobre o regime de propriedade, nem da evolução mecânica das forças produtivas, mas pressupõe sempre uma série histórica de vitórias sobre as classes subalternas.

As sucessivas derrotas do proletariado revolucionário em diferentes conjunturas históricas recolocam em jogo constantemente as mesmas polêmicas, algumas delas



traumáticas²², entre massas ou chefes, conselhos ou partidos, revolução ou reforma, em suma, entre os paradigmas conflitantes da *autonomia proletária* e da *representação burocrática*. Para Debord e os situacionistas, o inacabamento das revoluções proletárias passadas que, desde 1917-21 até o momento foram vencidas por diversas resoluções contrarrevolucionárias, recolocavam/recolocam em jogo *no presente* “as dívidas não quitadas da história” (1997, p. 328. Tradução nossa).

É deste mesmo ponto de vista que o esquerdista anglo-grego Chris Pallis (sob o pseudônimo de Maurice Brinton), justifica por qual razão “um estudo dos acontecimentos portugueses de 1974-75 é importante para os revolucionários modernos”:

Declarar “impossível” uma revolução é dar uma sentença num processo como se ele fosse um acontecimento isolado. É negar aos acusados o direito de serem julgados pela posteridade. Há derrotas frutuosas na história bem como vitórias estéreis. A derrota da Comuna de Paris em 1871 estava na mente dos revolucionários russos de 1917. Os acontecimentos de Kronstadt (1921) ou da Hungria (1956) ainda despertam ecos. Ajudam a moldar as atitudes dos revolucionários libertários que fazem parte integrante do pensamento atual. (1978, pp. 25-26. Tradução nossa)

Quando Walter Benjamin falava, alegoricamente, de um “salto de tigre em direção ao passado” nas suas teses *Sobre o conceito de história* (1940), ele se referia justamente a uma *rememoração* da tradição dos vencidos, cuja finalidade seria salvar-lhes sua herança ao tentar consumir, no presente, suas expectativas tolhidas no passado. De seu ponto de vista simultaneamente teológico e profano sobre a história (na medida em que articula em uma mesma configuração trans-histórica as tradições do marxismo e do messianismo judaico), aquele “salto de tigre em direção ao passado” confundia-se com os horizontes da *redenção* e da *revolução*: “Nessa estrutura, ele [o historiador materialista] reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido” (1994, p. 231).

Debord também tem em vista²³, com o conceito de “desvio” (*détour*), uma atualização daquilo que, no presente, pode ter, ao ser modificado, algum sentido prático. Desde o nosso estudo sobre Debord, procuramos manter um ponto de vista baseado no presente e, portanto, com o necessário *desvio* com que o agora recebe do passado o que este tem a lhe dizer. Para Agamben:

O historiador não escolhe ao acaso ou de maneira arbitrária seus documentos na massa inerte e infinita dos arquivos: segue o fio tênue e algo invisível

22 “O capitalismo [...] reflorescia sobre os cadáveres dos marinheiros de Kronstadt, dos camponeses da Ucrânia e dos operários de Berlim, Kiel, Turim, Xangai e, mais tarde, Barcelona” (IS, 2002, p. 50).

23 Porém de modo absolutamente profano e, nesse sentido, distante da coloração teológica que a noção de rememoração assume no pensamento de Benjamin.

das assinaturas que exigem dele a leitura aqui e agora. É precisamente a capacidade de ler estas assinaturas, naturalmente efêmeras, que determina, segundo Benjamin, a qualidade do pesquisador. (2014, p. 83. Tradução nossa)

Seguimos esta mesma perspectiva metodológica, *atenta ao presente*, portanto, no estudo das relações entre a prática autônoma do proletariado português e suas principais expressões teóricas durante o processo revolucionário de 1974-75. Relações estas que, do nosso ponto de vista axiológico, cristalizam-se no/pelo conceito de *esquerdismo*, tal como ele foi originalmente reformulado pelo sociólogo francês Richard Gombin, para quem esta corrente representa uma “alternativa radical ao marxismo-leninismo”, arraigada tanto em um “acordo geral sobre a realidade revolucionária central, que é a atividade independente dos trabalhadores na sua luta cotidiana”, como em uma prática que prioriza a “autonomia das lutas” e a “rejeição instintiva de todas as direções e de todas as hierarquias, ainda que revolucionárias” (1972, pp. 25-26).

4 A contemporaneidade da revolução portuguesa de 1974-75: incompletude e inacabamento

As concepções de Benjamin, Debord e Agamben sobre a história nos trazem à questão da *contemporaneidade do nosso estudo*, ainda em fase inicial, provisoriamente intitulado *As origens do esquerdismo em Portugal: autonomia e heterodoxia na Revolução dos Cravos (1974-75)*. Para refletir sobre tal hipótese, faremos uso das intempestivas noções de “contemporaneidade” e “inatualidade” de Agamben, apresentadas em um pequeno ensaio intitulado *O que é o contemporâneo?*. Nele, o filósofo italiano remete sua noção de contemporâneo ao pensamento de Nietzsche, advertindo-nos que o filósofo alemão situa sua exigência de “atualidade”, a sua *contemporaneidade em relação ao presente*, “numa desconexão e numa dissociação”, de modo que:

A contemporaneidade [...] é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distância; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e de um anacronismo*. (2014, p. 59, grifos no original)

Porém, tal anacronismo não se apresenta como algo nostálgico, nem comporta qualquer forma de passadismo ou saudosismo. Para Agamben, a contemporaneidade “se escreve no presente assinalando-o antes de tudo como arcaico, e somente quem percebe no mais moderno e recente os índices e assinaturas do arcaico pode dele ser contemporâneo” (2014, p. 69). Nesse sentido, o “arcaico”, isto é, o que está próximo da origem (*arké*), não está situado num passado cronológico, pois a origem “é contemporânea ao devir histórico



e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto” (*Idem*, p. 69).

Assim como Agamben, tanto Debord, para quem “o mais moderno é também o mais arcaico” (1997, p. 20), quanto Benjamin, para quem “a origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese” (1984, p. 67), não concebem o originário como algo que se destaca dos fatos, mas como algo que se relaciona, nas palavras de Benjamin, tanto com sua *pré-história* (como renovação e restauração), quanto com sua *pós-história* (como incompleto e inacabado).

A noção materialista e dialética de contemporaneidade de Agamben, assim como a de Benjamin e Debord, oferece-nos uma eficaz “via de acesso ao presente” (AGAMBEN, 2009, p. 70) a partir de onde o historiador materialista pode “ler de modo inédito a história” (*Idem*, p. 72) e lançar sobre determinada configuração um *duplo olhar* como o de Jano, que tem uma face voltada para o passado e a outra para o futuro²⁴. Nesse sentido, tal noção comporta sempre uma dupla dimensão, uma contemplativa, voltada às experiências passadas, e outra ativa, voltada às expectativas futuras, para falarmos em termos koselleckianos²⁵.

A noção de contemporâneo de Agamben permite ao historiador acessar tanto o que há de vivo no pensamento e na ação dos mortos como o que há de morto no pensamento e na ação dos vivos. Para ele, os estudos e pesquisas que coincidem muito plenamente com a época, “que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (*Idem*, p. 59).

Em outro momento, Agamben retornaria ao tema usando justamente o pensamento e a ação estratégica de seu amigo Guy Debord como exemplo histórico de sua forte noção de contemporaneidade. Na visão do filósofo italiano, a obra do situacionista francês possui a rara assinatura da “inaturalidade” característica de um pensamento que “não coincide perfeitamente com seu tempo nem se adequa às suas pretensões e é por isso, nesse sentido, inatural”, mas que, por isso mesmo, “justamente através desta separação e deste anacronismo, ele é mais capaz que os outros de perceber e agarrar o seu tempo” (2011, p. 8).

Como se sabe, Debord detinha plena consciência desta característica de seu próprio pensamento. N’*A sociedade do espetáculo*, advertia que “a crítica que vai além do espetáculo deve *saber esperar*” (1997, p. 141) e, em seu *Panegírico* (1989), ironizava, mais de um século depois do imperativo modernista lançado por Rimbaud, que “quando ‘ser totalmente moderno’ tornou-se uma lei especial proclamada pelo tirano, o que o escravo honesto teme, acima de tudo, é que possa ser suspeito de saudosismo” (2002, p. 75). Também em seu Prefácio de 1979 à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*, ponderava que “se alguém publica em nossos dias um autêntico livro de crítica social, com

24 Jano (em latim: *Janus*), deus romano das mudanças e transições e, portanto, das decisões e escolhas. Sua face dupla simboliza o passado e o futuro.

25 Cf. Koselleck, 2006.

toda a certeza não irá à televisão [...]; de modo que, dez ou vinte anos depois, ainda se falará do livro” (1997, p. 147). Pois não chegamos aos cinquenta anos da publicação de *A sociedade do espetáculo*, e se continua a falar dele?

Recentemente, em artigo neste jornal, referia-se ao surgimento de explicações para o fenômeno Trump partindo de autores como Orwell ou Arendt, esquecendo-se aquele que porventura será o mais acutilante crítico da situação em que hoje nos encontramos, verdadeiro visionário que teve a coragem de iniciar a sua crítica exatamente quando nada o fazia prever, menos de cinco anos após a segunda guerra mundial, quando o mundo finalmente respirava de alívio e cedia às leis do mercado e às delícias do consumismo, tal criança se entrega deleitada aos doces depois de um violento castigo. (RAMALHO, 2017)

É nesse sentido, portanto, que buscamos orientar o nosso estudo sobre as reflexões e práticas esquerdistas durante a revolução portuguesa de 1974-75. Além de abordar tal objeto pela perspectiva de sua contemporaneidade, isto é, *com o necessário desvio com que o presente recebe do passado o que este tem a lhe dizer*, procuramos assumir a perspectiva axiológica do “historiador materialista” que, segundo Benjamin, em oposição ao “historiador historicista”, não se identifica com o ponto de vista dos vencedores da história, mas sim com o ponto de vista dos *vencidos*, isto é, das vítimas da opressão e da exploração, e de todos aqueles que a combateram.



REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum: sur la méthode**. Paris: Vrin, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** Chapecó: Editora da UnoChapecó, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. Prefácio. In. **A coisa perdida: Agamben comenta Caproni**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BEBIANO, Rui. **O poder da imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos anos 60**. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história [1940]. In. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-235.

BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BERNARDO, João. Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial [1981]. In. **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994, pp. 207-214.

BERNARDO, João. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras, 1998.

BRINTON, Maurice. Les bolcheviques et le contrôle ouvrier: l'État et la contre-révolution. **Autogestion et socialisme**, Paris, n° 24-25, 1973, pp. 19-195.

BRINTON, Maurice. Prefácio. In: MAILER, Phil. **A revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978, pp. 9-28.

BRUNO, Lúcia. **Portugal: O "COMBATE" pela autonomia operária**. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1983.

CARDINA, Miguel. **A tradição da contestação**. Coimbra: Angelus Novus, 2008.

CARDINA, Miguel. **Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal: 1964 – 1974**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CEREZALES, Diego Palácios. **O poder caiu na rua. A crise de Estado e ações coletivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975**. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2003.

CORRÊA, E. Q. **As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76**.



CERVELLÓ, Josep Sánchez. **A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

COMBATE. Manifesto do Combate. **Jornal Combate**, Lisboa, n° 1, 21 jun. 1974.
Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/combate/01/manifesto.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

DEBORD, Guy. Œuvres cinématographiques complètes (1952 – 1978). Paris: Gallimard, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo; Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo; Comentários sobre A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. **Panegírico**. São Paulo: Conrad, 2002.

DEBORD, Guy. **Correspondance**. Vol. 5 (1973 – 1978). Paris: Arthème Fayard, 2005.

DEBORD, Guy. Œuvres. Paris: Gallimard, 2006.

DEBRITO, Carlos K. **Historiografia maliciosa e crítica da miséria em Portugal**. Lisboa: Antígona, 1983.

DEBRITO, Carlos K. **Retour à Lisbonne**. Paris: L'Harmattan, 2008.

DEBRITO, Carlos K. **Un situationniste à Lisbonne et autres histoires**. Paris: L'Harmattan, 2012.

FERREIRA, António. **A queda do fascismo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

GANSER, Daniele. La guerre secrète au Portugal. In. **Les armées secrètes de l'Otan: Réseaux stay-behind, opération Gladio et terrorisme dans l'Europe de l'Ouest**. Paris: Éditions Demi Lune, 2007.

GOMBIN, Richard. **As origens do esquerdismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

HENRIQUES, Júlio. Prefácio. In. INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Internacional Situacionista – Antologia**. Lisboa: Antígona, 1997, pp. 11-19.

HENRIQUES, Júlio. Um jornal diferente. In. **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994, pp. 52-54.

INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. **Internationale Situationniste (1958-1969). Texte integral des 12 numéros de la revue**. Paris: Fayard, 1997.

INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. **Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations**. Paris: Gallimard, 1998.

CORRÊA, E. Q. **As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76**.



INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. **Situacionista: teoria e prática da revolução.** São Paulo: Conrad, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MADEIRA, João. **História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril.** Lisboa: Tinta da China, 2013.

MAILER, Phil. **A revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978.

MARQUES, Pedro Piedade. [“Fernando de Bentley”, Guy Debord e a edição portuguesa de “A Sociedade do Espectáculo”](https://pedromarquesdg.wordpress.com/2015/03/19/fernando-de-bentley-guy-debord-e-a-edicao-portuguesa-de-a-sociedade-do-espectaculo/). Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://pedromarquesdg.wordpress.com/2015/03/19/fernando-de-bentley-guy-debord-e-a-edicao-portuguesa-de-a-sociedade-do-espectaculo/>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961 – 1974).** Lisboa: Terra-mar, 2011.

MAXWELL, Kenneth. A derrubada do regime e as perspectivas de transição democrática em Portugal. In. O’DONNEL. **Transições do regime autoritário – sul da Europa.** São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988, pp. 160-99.

MILHAZES, José. **Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril.** Lisboa: Dom Quixote, 2013.

RAMALHO, Maria. Realizar a poesia: Guy Debord e a Revolução de Abril. In. **Punkto**, 30/11/2014. Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2014/11/realizar-poesia-guy-debord-e-revolucao_30.html>. Acesso em: 6 jun. 2017.

RAMALHO, Maria. A era Trump(a) ou como Guy Debord tinha razão. In. **Público**, 20 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/03/20/mundo/noticia/a-era-trumpa-ou-como-guy-debord-tinha-razao-1765750>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Abril traído.** Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

RODRIGUES, Francisco Martins. **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril.** Lisboa: Dinossauro, 1994.

SECCO, Lincoln Ferreira. **A Revolução dos Cravos.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004.

SEMPRUN, Jaime. **La guerre sociale au Portugal.** Paris: Champ Libre, 1975.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.

CORRÊA, Erick Quintas. As revoluções de 1968 na França e de 1974-75 em Portugal como renovação e restauração das tentativas de revolução proletária de 1917-21. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p. 55-76.

CORRÊA, E. Q. As revoluções de 1968 na França e de 1974-5... p. 55-76.

